

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 5 | edição nº 3 | 2016

*A discussão sobre o Mercosul na
produção científica: o impacto das ideias
sobre a produção bibliográfica do bloco
regional (1991 - 2015)*

Ludmila A. Culpi,
Alex Dal Gobbo Abi,
Sheylla Carolina Almeida



*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A DISCUSSÃO SOBRE MERCOSUL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O IMPACTO DAS IDEIAS SOBRE A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO BLOCO REGIONAL (1991-2015) ¹

Ludmila A. Culpi²
Alex Dal Gobbo Abi³
Sheylla Carolina Almeida⁴

Resumo: O objetivo geral do presente artigo é apresentar um balanço do avanço da bibliografia sobre o Mercosul desde sua criação em 1991 até o ano de 2015. Pretende-se verificar quais as principais temáticas abordadas pelos pesquisadores sobre a integração regional no Cone Sul ao longo do desenvolvimento do bloco. A pergunta que se busca responder é como evoluíram os estudos sobre o tema da integração ao longo das suas diferentes fases, com ênfase sobre o papel das ideias nesse processo. Defende-se que há um crescimento das produções sobre temas relacionados a questões sociais do bloco a partir das mudanças de ideologias dos governos pelas quais passaram os Estados protagonistas no processo, Brasil e Argentina, a partir de 2003. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa das dissertações, das teses, dos livros e artigos elaborados a respeito do Mercosul. O referencial teórico adotado foi o da Teoria Construtivista, a qual determina a formação de identidades dos atores a partir de fatores materiais e ideacionais. O trabalho está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. Os resultados do trabalho são de que mesmo que haja uma supremacia das temáticas econômicas, a partir de 2003 as identidades dos atores se alteram e os temas sociais passam a ser mais abordados nas pesquisas.

Palavras-chave: MERCOSUL; Integração Regional; Construtivismo.

DISCUSSION ON MERCOSUR IN SCIENTIFIC PRODUCTION: THE IMPACT OF IDEAS ON THE LITERATURE OF THE REGIONAL BLOCK (1991-2015)

Abstract: The overall objective of this paper is to present an assessment of the literature on Mercosur since its inception in 1991 until 2015. It is intended to verify the main themes addressed by researchers on regional integration in the Southern Cone during the block's development. The article's research question is how the studies on Mercosur integration have evolved over time, with emphasis on the role of ideas in the process. It is argued that there is a growth of scientific production on topics related to social issues in the block, which have followed the ideological change of governments from the protagonists States, Brazil and Argentina, since 2003. The methodology used was the qualitative analysis of dissertations,

¹ O trabalho é fruto do Grupo de Pesquisa "Integração Regional da América do Sul", programa patrocinado pelo Centro Universitário Internacional UNINTER, tendo o aluno Alex Dal Gobbo Abi como bolsista 100%, sob supervisão da professora Ludmila A. Culpi.

² Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional UNINTER, Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Integração Regional da América do Sul" e Doutoranda do Programa de Políticas Públicas da UFPR. Email: ludi_culpi@yahoo.com.br

³ Graduado em Relações Internacionais no UNINTER Email: alexdalgobbo@yahoo.com.br

⁴ Graduada em Relações Internacionais no UNINTER Email: sheyllacarolina@gmail.com

theses, books and articles written about the Mercosur. The theoretical framework adopted was the Constructivist Theory, which determines the formation of identities of actors from material and ideational factors. The work is divided into three parts, and the introduction and concluding remarks. The result of the study is that even if there is a primacy of economic issues, from 2003 the identities of the actors change and social issues become more addressed by academic research.

Key Words: MERCOSUL; Regional Integration; Constructivism.

1. Introdução

O Mercado Comum do Sul – Mercosul teve seu início em 1991 com o objetivo inicial de promover o livre comércio entre os países fundadores: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nos primeiros anos se observa que os temas estudados estavam direcionados principalmente para questões comerciais e econômicas. Com o desenvolvimento do bloco

surtem novos temas a serem explorados, produto dos desdobramentos do desenvolvimento alcançado na região.

Atribui-se a diversificação dos estudos às mudanças ideológicas ocorridas nos governos protagonistas a partir de 2003, o que é desenvolvido no trabalho tendo como base o referencial teórico construtivista (DABÈNE, 2005; CABALLERO, 2013). Temas como desenvolvimento social, cultura, saúde, migração, meio ambiente, política externa, entre outros, passaram a figurar nas pesquisas e produções bibliográficas, caracterizando a mudança das ideias e acarretando impactos importantes no objetivo da integração e comportamento dos atores.

É com base nesta diversificação dos interesses que o presente artigo tem como objetivo geral apresentar um balanço da bibliografia produzida sobre o Mercosul desde sua criação até o ano de 2015, com a finalidade de responder a seguinte pergunta: como evoluíram os estudos sobre o tema da integração regional ao longo de suas diferentes fases de existência do bloco?

A razão pela qual o referencial teórico construtivista é utilizado nesse artigo se dá pela proposta de apresentar a ênfase sobre o papel das ideias, objetivos e interesses comuns dos diversos protagonistas no processo de integração, visto que esta teoria considera como atores não somente os Estados como também a coletividade, aqui representada pelos autores das bibliografias coletadas e analisadas (ADLER, 1999; WENDT, 1999).

O tema escolhido justifica-se pela multiplicação observada na diversidade dos temas pesquisados que resultaram em produção de teses, dissertações, artigos e livros que serviram de base para a construção do banco de dados produzido pela equipe de pesquisa. A metodologia utilizada na produção do artigo consiste na análise qualitativa dos dados cadastrados.

No tocante a trabalhos sobre linhas de pesquisa tendo o Mercosul como objeto da política internacional figura o artigo de Medeiros *et al* (2010), intitulado “O espaço do Mercosul na agenda de pesquisa contemporânea de Política Internacional”. Segundo Medeiros *et al* (2010) a maioria da literatura acadêmica adota majoritariamente o viés jurídico ou econômico-comercial para interpretar o Mercosul, tendo a União Européia muitas vezes como metodologia comparativa predominante. Essa oposição, de acordo estes autores, sugere uma melhor compreensão dos processos integracionistas de modo a buscar novas temáticas que atentam para a agenda política e de pesquisa a respeito do Mercosul, que este trabalho se propõe a analisar.

Para atingir o objetivo almejado a pesquisa está estruturada em três seções principais. Na primeira será apresentada a Teoria Construtivista para compreensão do processo de construção de ideias e identidades que impactam sobre o comportamento dos atores e dos pesquisadores. Na segunda parte serão apresentadas as diferentes fases pelas quais passou o Mercosul, destacando as mudanças de identidade dos seus Estados-membros através do processo histórico. Na terceira parte será apresentado a discussão sobre o Mercosul na produção científica em duas subseções: a primeira se refere ao primeiro decênio e a segunda aos anos subsequentes até a contemporaneidade, com base na análise do banco de dados desenvolvido pelo grupo de pesquisa.

2. Construtivismo e o papel das ideias na evolução do processo de integração regional

O principal pressuposto da Teoria Construtivista é de que tudo é socialmente construído e assim tudo que se forma na arena política e social está diretamente relacionado às ações sociais dos atores. Esse paradigma confere papel central às ideias na conformação das identidades dos atores envolvidos, que no caso do presente estudo são os Estados parte do Mercosul e os pesquisadores sobre o tema da integração sul-americana (ADLER, 1999).

Os construtivistas defendem que as estruturas da política mundial são resultado de interações sociais. Os Estados não são sujeitos estáticos, mas agentes dinâmicos no Sistema Internacional e constituem sua identidade em um processo social que orienta suas ações de política externa. Dessa forma as identidades de todos os atores não são dadas, mas constituídas por meio de práticas históricas complexas em constante mutação (ROSAMOND, 2000). Deste modo, quando os atores (governantes dos Estados) são alterados ou as suas ideias mudam a partir de novos contatos ou modificações na conjuntura internacional contribui para a mudança das estruturas, isto é, dos acordos dentro do Mercosul e da ênfase dada no processo de integração.

Segundo Adler (1999, p. 210) o objetivo central do “construtivismo é fornecer explicações teóricas e empíricas de instituições sociais e da mudança social com o auxílio do efeito combinando agente-estrutura”. Esse paradigma visa compreender de que modo os entendimentos coletivos sobre determinadas questões são construídos socialmente e como as mudanças nesses significados são resultados da inter-relação agente-estrutura (neste caso Estado e processo de integração regional), que se afetam mutuamente.

De acordo com essa teoria a integração regional deve ser entendida a partir da atuação dos diversos atores em sua construção e não apenas em função da atuação dos Estados

(ROSAMOND, 2000). Os construtivistas entendem a integração regional como um conjunto de atores de uma mesma região (nesse caso, atribui-se importância aos estudiosos na definição dos rumos do processo regional) com consciência, interesses e laços históricos comuns que se unem para conquistar de maneira mais eficiente seus objetivos, sobretudo, no âmbito social, político e econômico (ADLER, 1999).

Para o construtivismo as ideias, identidades, interesses e comportamentos são socialmente construídos por significados e interpretações coletivas do mundo (ADLER, 1999). Wendt, pensador construtivista, determina que no sentido filosófico identidade é o que faz uma coisa ser o que ela é. Em suas palavras, identidade “é uma propriedade de agentes intencionais que geram disposições motivacionais e comportamentais”. (WENDT, 1999, p. 224).

Identidades implicam interesses, mas não se reduzem a isso, pois designam motivações que auxiliam a explicar comportamentos. Segundo Wendt (1999), um ator não pode saber o que quer sem saber o que é, isto é, interesses pressupõem identidade. O autor estabelece que mudanças estruturais ocorrem quando os atores redefinem quem são e o que são. A identidade é coletiva porque envolve identificação - relação entre o eu e o outro - (WENDT, 1999, p. 336). A identificação como produtora de identidade será um elemento fundamental a ser adotado na pesquisa para analisar a constituição da identidade coletiva do Mercosul.

A presente investigação apropria-se da visão construtivista de que à medida que os entendimentos sobre a integração regional se alteram. A partir das mudanças de governo que os protagonistas do Mercosul (Brasil e Argentina) passam a partir de 2003, ocorrem alterações na dinâmica da integração regional. Por sua vez este processo ganha novas perspectivas e passa a conferir maior atenção para as questões sociais. Isso impacta sobre os entendimentos coletivos que se atribuem à integração, materializados nas produções bibliográficas elaboradas a partir deste período. Assim, o presente artigo utiliza-se da abordagem construtivista para comprovar que as mudanças de ideias sobre a integração impactam nas publicações desenvolvidas sobre o tema. Entende-se, assim, que as pesquisas do Mercosul são reflexos das mudanças nas identidades dos atores envolvidos.

Defende-se que a mudança nas ideias dos atores que transformam as estruturas da integração é acompanhada e materializada na alteração dos temas abordados pelos pesquisadores da integração regional, o que será verificado ao longo do trabalho.

3. Evolução histórica do Mercosul de 1991 a 2015

É importante analisar o processo histórico do Mercosul para compreender como ocorrem as alterações nos rumos da integração, o que será feito nesta seção do trabalho. Na primeira subseção são apresentados os elementos centrais do desenvolvimento histórico do bloco desde sua criação até 2001, que se concentraram, sobretudo, na expansão comercial e nas iniciativas de cooperação técnica entre os Estados. A segunda subseção trata do avanço histórico do bloco regional nos últimos dez anos, até 2015, com ênfase no fortalecimento do viés político e social do processo.

3.1. O avanço do Mercosul de 1991 a 2001

Na década de 1980 Brasil e Argentina firmaram diversos acordos de cooperação e integração comercial que deram grande impulsão para o fortalecimento da ideia do Mercosul, fundado uma década depois, no dia 26 de março de 1991. Hoje o bloco é composto por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai. Sendo assim, para compreender melhor os avanços do bloco se faz necessário uma análise dos acordos firmados pré e pós-criação do Mercosul.

Segundo Vargas (1997) a Declaração de Foz do Iguaçu, de 30 de novembro de 1985, assinada pelo até então presidente do Brasil, José Sarney, e pelo Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, transcreveu uma visível aproximação entre os dois países, aliviando as tensões existentes e servindo como um pontapé inicial para a criação do Mercosul, já que é o primeiro tratado assinado entre ambos os países. Nesse documento os presidentes também concordaram com a ideia de coletividade, reforçando o pensamento de "urgente necessidade de que a América Latina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos de políticas adotadas sem sua participação" (VARGAS, 1997, p.49).

No ano seguinte, em julho de 1986, foi a partir da assinatura da ata para a integração se deu início ao Programa de Integração e Cooperação entre Argentina e Brasil (PICAB), que tinha como principais funções trazer harmonia e tratamento diferenciado em relação às questões políticas e econômicas. Mediante o acordo Ata do Alvorada, de 6 de abril de 1988, o Uruguai juntou-se ao processo de integração regional. No mesmo ano ocorre a fixação do Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina, qual foi firmado um prazo de dez anos para se extinguirem as divergências de mercado entre as regiões que até então compunham o bloco econômico, com o objetivo de atingir o mercado comum, o que inclui a livre circulação de todos os fatores de produção (ALMEIDA, 2011).

Em julho de 1990, outro acordo é firmado, denominado de Declaração de Buenos Aires. Porém, segundo Paulo Roberto de Almeida (2011), pouca atenção se dá para esse ato, que visava uma maior velocidade em relação ao cronograma de integração. O Tratado de Assunção, que é o documento fundador do bloco, tinha por finalidade a criação do Mercado Comum do Sul e foi assinado pelos países integrantes. E assim finalmente o Mercosul foi criado em 26 de março de 1991, com o objetivo de estabelecer uma área de livre comércio entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (ALMEIDA, 2011).

No dia 17 de dezembro de 1994 firmou-se o Protocolo de Ouro Preto, que concedeu, segundo Almeida (2011), uma personalidade de direito internacional ao Mercosul, que passou a possuir uma legislação interna e se torna capaz de direcionar os integrantes. Além disso, o Protocolo de Ouro Preto criou instituições permanentes para o bloco, “sendo a primeira das instituições do Mercosul, englobando outras que dele fazem parte” (BAPTISTA, 1996). Segundo Baptista (1996), já em seu primeiro artigo o Protocolo de Ouro Preto acrescentou dois novos órgãos, surgindo o Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); Foro Consultivo Econômico Social (FCES) e Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Em 1996 os países do bloco assinaram a Declaração Presidencial sobre Consulta e Concentração Política dos Estados Parte do Mercosul e assumiram o compromisso de aplicarem medidas punitivas em caso de possível ruptura da ordem democrática em algum Estado-membro (ALMEIDA, 2011). E também firmaram com a Bolívia e o Chile a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático.

O Protocolo de Ushuaia foi assinado em 24 de julho de 1998 pelos quatro Estados membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) mais dois Estados associados (Bolívia e Chile), reafirmando o compromisso democrático entre eles. Ainda assim, mesmo com esse protocolo, as dificuldades de estabelecer qual seria a real democracia entre os membros do Mercosul mantinha-se presente, o que demonstrava a ineficácia dos acordos (ALMEIDA, 2011).

A partir dos anos 2000 o que se viu foram dezenas de iniciativas voltadas para as áreas política e social, como a criação do Parlamento do Mercosul, do Instituto Social e outros projetos voltados para temas similares, com estímulo e financiamento dos governos em suas bases de apoio (ALMEIDA, 2011). Em 2002 o Mercosul sofreu forte abalo pelo colapso da economia Argentina, causando a perda do apoio por parte dos Estados Unidos, que não possuía mais confiança no país.

Desde o início do Mercosul o que pode se ver é a tentativa da construção de um bloco economicamente forte entre os Estados-membros. De fato existem iniciativas para estabelecer esta cooperação, o que pode ser notado por meio do estímulo realizado pelo Mercosul desde o seu surgimento ao comércio intrabloco. Como Gräf e Azevedo (2013) descrevem, um evento que demonstra a vitória nas tentativas do Mercosul em fortalecer a economia dos países pertencentes foi a rápida recuperação pós-crise de 2009, demonstrando um grande avanço no PIB. Segundo os autores o Mercosul só vem demonstrando maior desenvolvimento no seu comércio intrabloco, principalmente a partir dos anos 2000.

3.2. O avanço do Mercosul de 2002 a 2015

A partir dos primeiros anos da década de 2000 a trajetória do desenvolvimento do Mercosul recebe um enfoque diferenciado, em especial a partir da entrada dos governos de Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, Argentina e Brasil respectivamente, cujo peso expressivo revelam os efeitos subsequentes no desempenho político do bloco. Observa-se então uma reorientação dos temas do bloco a partir dos anos 2000, com a ampliação da agenda socio-econômica do Mercosul.

A regulação estatal passou a receber maior atenção, dando um caráter mais intervencionista à política regional, ainda que não houvesse total convergência nos conceitos adotados na política externa dos membros. Ao fim da onda neoliberal que conduziu o intento da integração comercial desde o Tratado de Assunção (1991), a social democracia acompanhou o desdobramento dos discursos, planos e execuções, revelando uma seminova abordagem no progresso do bloco (VASQUEZ; RUIZ, 2009).

Os anos de crise econômica que antecedem o período abordado neste capítulo são o ponto de partida para as transformações do bloco que, contendo em essência a liberalização comercial, foi abalado pela expansão das políticas protecionistas. Trata-se da crise financeira no Brasil em 1999, que desvalorizou a moeda brasileira e provocou uma redução da compra de bens argentinos, levando ao fim do superávit comercial da Argentina com o Brasil. As consequências passaram a transbordar aos países menores do bloco, Paraguai e Uruguai, e como modo de prevenir-se às ameaças recorreram também às respostas unilaterais, debilitando a integração do bloco (VASQUEZ; RUIZ, 2009).

Os governos de Kirchner e Lula retomaram o fôlego do Mercosul ao reconhecerem o desequilíbrio que se constituiu com a crise e assumiram o posicionamento de revitalizar não apenas o caráter econômico, mas também social da política regional. As medidas para reavivar as economias se deram nas adaptações da política comercial e na manutenção do

mercado aduaneiro por meio do Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006 (VASQUEZ; RUIZ, 2009).

O processo de revitalização, ou de reinvenção do Mercosul, foi essencialmente conduzido pelas recomendações dos protagonistas do bloco, Argentina e Brasil, e naturalmente se manteve dissipado dos objetivos iniciais do Tratado de Assunção. Contudo, a integração passou a ser tratada de modo mais dinâmico na medida em que os governos supunham que as prioridades internas iriam refletir positivamente na própria integração. Isto é, enquanto o governo Kirchner manteve-se próximo de um conservadorismo derivado da desconfiança o governo Lula deu ênfase para as políticas sociais e multilaterais, evidenciando a intenção de ampliar o espaço de integração a fim de facilitar a adesão de novos países sul-americanos (ALMEIDA, 2011, p. 809). Para tanto, o alinhamento da Argentina aos Estados Unidos, que tinha como cunho a inserção internacional, desvalorizou-se na medida em que a Argentina retomava as capacidades internas, que teve como consequência a marginalização do papel do Mercosul. Paralelamente o Brasil procurou incorporar o multilateralismo regional ao lançar a iniciativa da Unasul, de modo a diminuir as desigualdades entre os membros e associados, bem como dar maior coesão à cooperação dentro e fora do bloco.

O cenário de estagnação deu lugar à perspectiva de aderir a temas cujas características previam maior cooperação para além do comércio, figurando uma agenda social versátil e condizente com o dinamismo político dos membros. Esse foi o contexto que a Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção em 2003, aprovou o Programa para a Consolidação da União Aduaneira e o Lançamento do Mercado Comum. Já a Agenda de 2006 ampliou o escopo da agenda sociopolítica do Mercosul e deixou explícito o perfil renovado do bloco (VASQUEZ; RUIZ, 2009).

Além dos eixos em torno de uma base pró-mercado comum e de união aduaneira, o programa previa mais dois eixos a serem cumpridos além do que se propunha o Tratado de Assunção, que até então eram temas marginalizados: um programa social, político e cultural e um programa para a nova integração do bloco que visasse a ampliação de países membros associados - em 2004, apenas o Suriname e Guiana seriam exceções. Sequencialmente, a emblemática adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, que ocorreu em 2012, fomentaria a pauta de reuniões. Nesse sentido “a ampliação do processo de integração ao resto da região se desenvolveu de forma dinâmica e, em grande medida graças ao impulso da Argentina e do Brasil” (VASQUEZ; RUIZ, 2009, p. 37).

Comparando com o período anterior a 2002 se percebe que no tocante a novos temas de integração o comprometimento de Lula e Kirchner superaram a ampliação temática, dada

a tratativa em relançar o Mercosul e incluir no processo demais países sul-americanos. Ressalta-se também como fatores positivos no âmbito político-social a criação do FOCEM (Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul), ferramenta para diminuir os problemas de assimetrias estruturais entre os países-membros do bloco, e a implementação do Parlamento do Mercosul, que tem o intuito de representar um importante ator das demandas sociais do bloco (VASQUEZ; RUIZ, 2009). Em contrapartida pode-se dizer que o aprofundamento da relação entre os governos e a sociedade civil já está presente – sendo liderado pelo Brasil – na medida em que o processo caminha para além do que fora proposto no tratado de fundação, priorizando o social e atendendo a demanda dos países menores em aumentar a convergência no processo de integração, sobretudo através do FOCEM (ALMEIDA, 2011).

As mudanças ocorridas no bloco influenciaram o modo como pesquisadores da área visualizam a temática da integração, que flutua entre cooperação econômica, social e política. Na próxima seção se pretende analisar a produção bibliográfica sobre o Mercosul entre 1991 e 2015, com a finalidade de compreender a oscilação dos enfoques das produções acadêmicas ocorridas durante este período.

4. A Discussão sobre Mercosul na produção científica

Passa-se para a análise do banco de dados desenvolvido. O mesmo demonstra a evolução dos estudos sobre o tema da integração ao longo das suas diferentes fases, corroborando para revelar o fato de que com a mudança dos atores e novas ideias a partir de 2002 o enfoque das produções acadêmicas oscilou diante de novas temáticas até então relegadas a segundo plano na primeira fase, como saúde e defesa, por exemplo.

Para validar as novas perspectivas e trajetória do processo de integração regional a pesquisa se valeu da análise metodológica qualitativa de artigos, livros, teses e dissertações elaborados a respeito do Mercosul no período de 1991 a 2015, adotando o referencial da Teoria Construtivista para embasar o impacto do comportamento dos atores e pesquisadores envolvidos.

A busca por dados se fundamentou na pesquisa das bibliotecas eletrônicas das plataformas Scielo - Brasil e CAPES para análise e colhimento das informações nos periódicos de artigos acadêmicos. As dissertações e teses foram captadas e investigadas da interface Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os livros foram pesquisados na

Biblioteca Pública de Curitiba e por meio de sínteses e sinopses das principais livrarias online que englobam o tema Mercosul.

Os dados utilizados neste estudo são fruto do trabalho do grupo de pesquisa do curso de Relações Internacionais [suprido pelos editores para garantir o blind review], que produziu o banco de dados. As produções foram separadas nas seguintes áreas: comércio, educação, cultura, meio ambiente, trabalho, migração, segurança, cooperação técnica/tecnológica, saúde, política externa e infraestrutura. Abaixo seguem os gráficos que transparecem a produção bibliográfica produzida durante os dois períodos analisados, seguidos das interpretações em duas subseções: a primeira refere-se de 1991 a 2001 e a segunda ao período subsequente, até o ano de 2015 do bloco analisado.

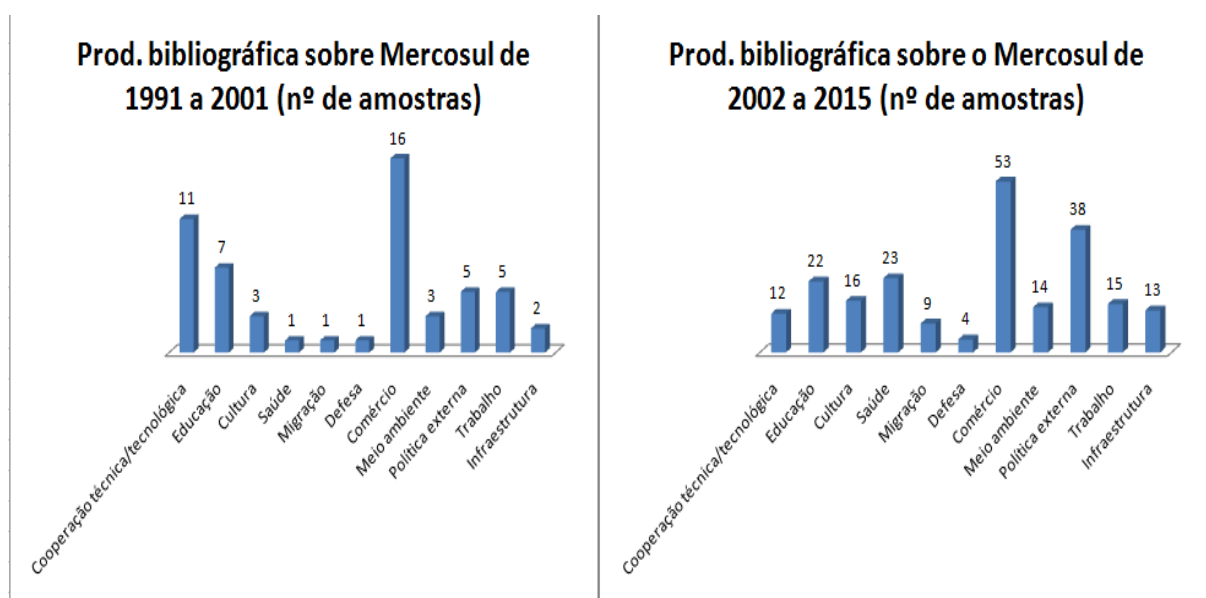


Gráfico 1. Produção bibliográfica sobre Mercosul em número de amostragens.

Fonte: Elaboração própria.

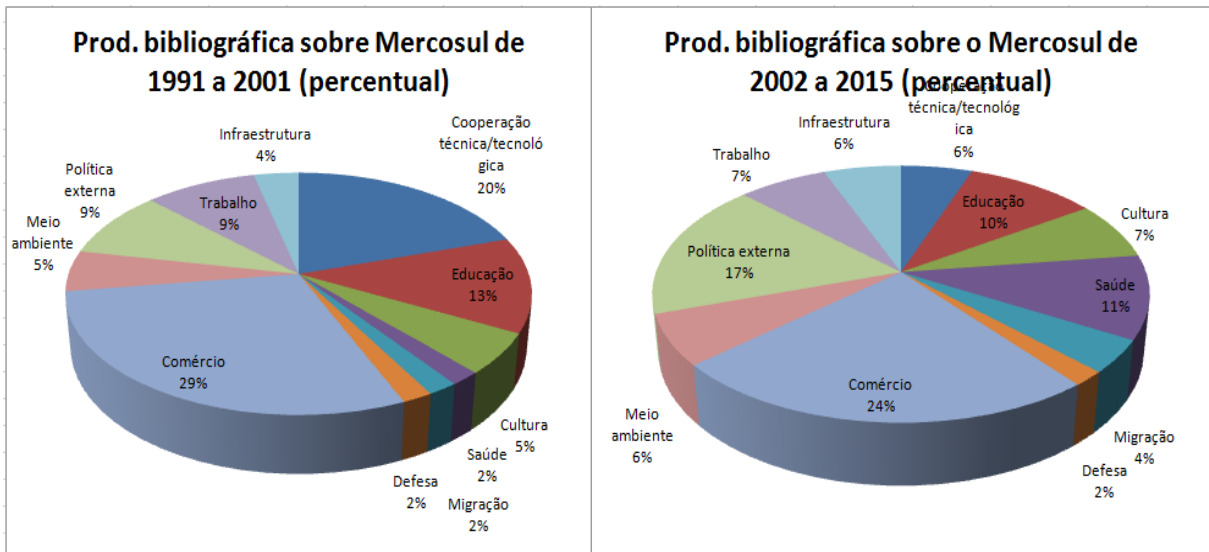


Gráfico 2. Produção bibliográfica sobre Mercosul em percentual

Fonte: Elaboração própria.

Os gráficos revelam o resultado da abordagem dos dados coletados. Quantitativamente o Gráfico 1, que aborda a produção bibliográfica sobre os anos de 1991 a 2001, demonstra o maior número de pesquisas nas áreas de comércio e cooperação técnica/tecnológica - de 16 e 11 respectivamente, em detrimento ao pouco material disponível referente as outras áreas. Já o gráfico sobre os anos de 2002 a 2015 revela o número substancial de material concernente a área de comércio (53 amostras) seguido do aumento da temática de política externa (38 amostras), saúde (23 amostras), educação (22 amostras) e a entrada de novo enfoque por parte dos pesquisadores em novas áreas de estudo do bloco regional.

A análise qualitativa será melhor explanada a seguir. Foi adotado o referencial da teoria construtivista para abordar as mudanças para os novos prismas procurando afirmar que embora a supremacia dos estudos na segunda fase permeie o campo comercial o mesmo vem concorrer com novas frentes de pesquisa.

4.1. Produção bibliográfica sobre Mercosul de 1991 a 2001

Numa primeira análise se percebe, a partir do gráfico 1, a pouca bibliografia pertinente as áreas estudadas do processo de integração regional, o que comprova duas vertentes dos pesquisadores: de um lado uma ala preocupada em analisar o papel institucional do bloco econômico e sua capacidade de influenciar a cooperação e de outro um viés econômico e comercial, vinculados a lógica de que o projeto contribuiria com o desenvolvimento econômico dos Estados envolvidos (CERVO, 1997). Rege de qualquer forma o fator inaugural do bloco e a premissa em se atingir o intento de um mercado comum. Em um comparativo entre os períodos analisados se notou, em um primeiro momento, perspectivas e

possíveis propostas para a consolidação da integração regional e trajetórias e legados consolidados na segunda fase.

Na área econômica e comercial destacou-se nas pesquisas o papel dos atores protagonistas, Brasil e Argentina, que objetivaram promover a integração do bloco para fortalecer economicamente a região e destacar a participação da América Latina no restante do mundo. Evidenciou-se maior integração dos mercados argentinos e brasileiros pós-Mercosul, mesmo para possíveis elos com o mercado americano ou chileno, bem como um incremento do comércio intrabloco.

Concomitantemente, nessa fase transpareceu o fim das fronteiras entre políticas domésticas e externas devido ao fator globalizante e liberal que coordenou as ações para o comércio de bens e serviços e permitiu que os investimentos fossem tratados em nível multilateral e regional. O grande desafio apontado pelos acadêmicos é como o Mercosul atuaria com as diferentes frentes de negociações, seja diante das possibilidades de integração com a Comunidade Europeia ou mesmo diante dos foros internacionais da OMC (Organização Mundial do Comércio) e da OCDE (Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Em suma, o enfoque da política externa se baseou na implementação de ações integracionistas do comércio entre os protagonistas do bloco, Brasil e Argentina. Contudo, essa área era pouco explorada pelos pesquisadores.

Concernente à área de cooperação técnica e/ou tecnológica os estudos foram pautados nas previsões do progresso cooperativo entre Brasil e Argentina, com destaque para a aproximação desses autores no avanço da tecnologia nuclear no contexto da corrida armamentista. Este fator foi decisivo na superação do antagonismo existente entre os vizinhos, viabilizada pelo progresso da tecnologia nuclear, que conduziu a evolução da construção de um mercado comum no plano regional. Revelou-se uma quantidade expressiva de trabalhos na área de cooperação, demonstrando que havia a ideia entre os pesquisadores de que era um setor promissor para o bloco.

Na área do meio ambiente destaca-se a interconexão elétrica entre o Brasil e Argentina, que propunha o equilíbrio da balança comercial num determinado cenário, atenuando o risco de déficit de energia elétrica na região. É importante ressaltar que as discussões sobre meio ambiente apenas ampliaram após a Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 e que a partir de então o conceito de “desenvolvimento sustentável” veio a implicar nas futuras negociações internacionais sobre o tema (THORSTENSEN, 1998). Da mesma forma padrões sociais ou trabalhistas polemizaram o debate sobre novas políticas comerciais do bloco no que tange implementar pontos básicos

dos direitos dos trabalhadores nos acordos de comércio internacional em meio a agenda neoliberal.

Nas áreas de educação e cultura o embate das ideias é permeado pela dificuldade em se propagar a cultura latino-americana dentro do Brasil e também deste levar sua própria cultura aos demais países do bloco. Neste cenário heterogêneo vislumbra-se a oportunidade das editoras brasileiras abrirem novos horizontes nos países vizinhos, contanto que se modernize de modo a enfrentar a concorrência europeia, por exemplo. Assim como o papel dos bibliotecários, a mídia e o peso igual entre as duas línguas oficiais - português e espanhol - podem corroborar para o avanço da integração cultural do bloco, segundo os pesquisadores. Nessa fase destaca-se o Protocolo de Intenções assinado entre o Mercosul e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Ciência e Tecnologia) em 1997, que remete que além de alcançar resultados significativos no plano econômico é preciso promover avanços no plano cultural e educacional de modo a ampliar estudos sobre diversos aspectos dos desafios que se colocam à integração regional. Na educação a fragilidade das iniciativas adotadas pelos representantes do governo faz com que se busque a reestruturação do modelo educacional, devendo ser racionalizado e modernizado de modo a possibilitar a competitividade internacional das empresas instaladas na região.

Em 1991 se discute o tema cultural na Reunião Preparatória sobre a Dimensão Cultural e Educativa do Mercosul, em Buenos Aires. Estas reuniões se tornam periódicas e resultam na assinatura do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul em 1996, qual viabiliza a criação de espaços culturais que expressem a diversidade dos países do Mercosul (SOSA, 2010). De qualquer forma a abordagem educacional no processo de integração também é pouco discutida pelos pesquisadores nessa fase.

Na área de infraestrutura se percebe pouco destaque por parte dos pesquisadores, com exceção de um estudo pontual que apresenta a atual infraestrutura tecnológica da organização média de produção da região. Especificamente, o trabalho de Steil *et al* apresenta o estágio de integração de aplicações de TI em organizações industriais do Mercosul (STEIL *et al*, 1998).

O período subsequente culmina com os episódios dos colapsos econômicos sofridos pelo Brasil em 1999 e pela Argentina em 2002, em que se verifica uma queda na produção bibliográfica sobre o termo Mercosul. Nesse ínterim os olhos dos debatedores voltaram-se às repercussões das crises econômicas, fator evidenciado pelo hiato temporal nos estudos sobre o bloco regional entre os anos de 1999 a 2001, conforme apurado no banco de dados. Já na fase seguinte, com a mudança de identidade dos seus Estados-membros e inserção de novos atores

no cenário internacional, as pesquisas acadêmicas sobre o Mercosul atingem um novo patamar, conforme análise a seguir.

4.2. Produção bibliográfica sobre o Mercosul de 2002 a 2015

Conforme analisado na primeira fase percebe-se que as pesquisas sobre o Mercosul se embasavam em um primeiro momento no viés da Teoria Intergovernamental⁵ da integração regional de Moravcsik (1991), de modo a detectar certa descrença por parte dos pesquisadores na implementação e possível consolidação do Mercosul. Ademais, os temas das áreas estudadas mitigavam em torno das propostas econômicas e financeiras que o bloco possivelmente alcançaria. As comparações com a União Europeia e as crises econômicas entre os principais atores do bloco, Brasil e Argentina, eram aspectos inevitáveis na pauta dos debatedores (MEDEIROS *et al*, 2010).

Neste ínterim poucos pesquisadores vislumbraram possíveis propostas ou perspectivas que englobassem os demais temas na agenda dos atores e acadêmicos a respeito do Mercosul. Percebe-se que a partir de 1998 surgem no campo das ideias temas como: meio ambiente, trabalho, educação e cooperação científica e tecnológica. Esses temas eram vistos como estratégias de evolução no cenário internacional e entendidos como possíveis questões que consolidariam o processo de integração regional mercosulino e que atribuiriam um caráter diferenciado a ele.

Em 2001, na cidade de Porto Alegre, uma das iniciativas integracionistas que veio a fomentar uma nova dinâmica dos movimentos sociais na América Latina foi o Fórum Social Mundial (FSM), que propôs alternativas econômicas frente ao neoliberalismo, como medidas sociais focadas na diversidade e pluralidade dos povos. O dinamismo dos fóruns seguintes, aliado ao impacto dos movimentos sociais, culminou na renovação das elites políticas latino-americanas que vieram a influenciar os governos de esquerda que surgiriam no cenário político da região (VALENCIA, 2009).

Já em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e do presidente Néstor Kirchner na Argentina, um novo ciclo se inicia na ideologia dos atores envolvidos, que se voltam mais ativamente à integração regional. Com novo fôlego, pós-crisis econômicas, se incorporou junto à estruturação econômica do bloco temas que abordaram maior cooperação entre os Estados membros e sociedade civil com intuito de avançar o processo para um mercado comum.

⁵ A Teoria intergovernamental defende que os Estados são os atores centrais da integração e esta evolui a partir de uma sequência de barganhas e negociações entre os chefes de Estado (Malamud, 2003).

Importante salientar que as reformulações das agendas temáticas mercosulinas, embora se iniciem ainda durante os governos de FHC e Duhalde - como a implementação da IIRSA no ano 2000 (programa que visava a integração dos países sul-americanos mediante ações conjuntas no que tange a infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações) - vê-se que até 2003 o viés comercialista imperava nas negociações intrabloco. Contudo, com a *guinada a esquerda* dos países sul-americanos a partir de 2002 o foco político-social se torna proeminente nos debates. É nesse sentido que novas iniciativas integracionistas são implementadas: em 2004 a ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) e a CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações) lançam seus alicerces institucionais (FERRAZ, 2012).

Assim se percebe uma filosofia bilateral na atuação do bloco antes de 1990, quadrilateral após 1991 e uma retórica político-social atribuindo novo caráter identitário ao bloco a partir de 2003 (ALMEIDA, 2006). Neste contexto a participação de Lula na Cúpula da CAN (Comunidade Andina de Nações), em Medellín no ano de 2003, representou a primeira participação de um presidente brasileiro na reunião do grupo andino. Se nota que anteriormente os rumos políticos que pautaram as negociações entre os países latino-americanos voltaram-se para uma ampla associação hemisférica, representada pela Alca. Embora o Mercosul não fizesse contraposição ao projeto hemisférico pró-Alca, ao menos fazia-lhe um contraponto. Em 2004 o acordo Mercosul-CAN foi protocolado na ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), fortalecendo a importância do processo de integração sul-americano e latino-americano (AMORIM, 2013).

Embora se explicita na Carta Magna a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, somente nesse período novos temas ganham maior relevância. A área de política externa, por exemplo, devido à mudança de novos atores, testifica a abordagem construtivista e ganha maior atenção por meio da atuação dos chefes de Estado e unidades subnacionais no processo de integração regional. O Brasil por sua vez, buscando inserção internacional, mapeia suas decisões neste período a partir de uma tríade de políticas componentes da agenda diplomática: política externa para o Mercosul, para as negociações multilaterais e em relação à proposta de constituição da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (MATHIAS et al, 2008).

Este ativismo externo universalista e de base nacional propunha expandir a relevância do Brasil no cenário internacional, passando a ser um *global trader* nas negociações que participasse usando a plataforma Mercosul como interlocução no plano mundial (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010). Concomitantemente, as relações diplomáticas entre Argentina

e Brasil no âmbito do Mercosul continuaram a permear as discussões entre os debatedores. Ademais, nos textos analisados se viu também comparações do *modus operandi* entre as políticas adotadas por Lula e seu antecessor Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido a atuação da “diplomacia de chefes de Estado e governo (...) consegue dar protagonismo ou liderança a um país na sua atuação externa” (DANESE, 2009, p. 142).

Já a partir de 2004 as negociações com a União Europeia ganham corpo nas produções literárias, perpassando até os dias atuais os conflitos e possíveis louros que venha adquirir o processo integracionista entre os blocos. Por fim, as crises, limitações estruturais e os percalços também enredam a área da política externa no âmbito do Mercosul. As percepções das elites brasileiras em relação ao processo de integração regional, a ênfase na visão política anti-imperialista da Unasul e a adesão da Venezuela são temas que colaboram para diferentes percepções sobre a construção do bloco regional (VIGEVANI *et al*, 2008).

A área de defesa e segurança curiosamente tem uma participação pequena na produção acadêmica devido às diferenças, sobretudo entre as Forças Armadas do Brasil e Argentina, embora tenham tido experiências ditatoriais semelhantes no passado. Dois aspectos que permanecem dificultando as relações destes países neste quesito são a frequente candidatura do Brasil a uma vaga como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no que se refere à propensão da Argentina para o alinhamento com os Estados Unidos (MATHIAS *et al*, 2008). De qualquer forma também se verificam avanços na cooperação do bloco como, por exemplo, a análise prospectiva a partir da atuação militar brasileira no Haiti e novos enfoques da segurança tomando o combate à fome como ameaça a segurança nacional. Por ser considerada uma zona de proeminente paz em relação a demais regiões do globo, a segurança se baseia em manter a cooperação por meio do compartilhamento de doutrinas e estratégias, exercícios militares conjuntos e outras formas de cooperação como auxílio à construção da infraestrutura e apoio humanitário (OLIVEIRA, 2008). Em 2008, por proposta do Brasil, cria-se o Conselho de Defesa Sul-Americano: um fórum permanente para discussão de temas de defesa e segurança para região, ampliando desta forma a temática para os demais países da América do Sul (VASQUEZ; RUIZ, 2009).

Verificou-se que neste período analisado novas articulações, no que tange a aspectos institucionais no Mercosul a fim de torná-lo um bloco forte e legitimamente democrático, são empreendidas, como a criação do Parlamento do Mercosul e as ações do Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006, visando a ampliação da sociedade civil, e também a criação do FOCEM, que objetiva diminuir as assimetrias entre seus Estados-membros. Essas

iniciativas cooperam para o avanço substancial de novas temáticas a serem abordadas pelos pesquisadores.

Olhando pelo viés construtivista, novos cenários são montados neste período abarcando as temáticas abordadas pelos pesquisadores. A educação e a cultura também ganham maior atenção pelos estudiosos. Vislumbra-se que a implementação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila no ano 2010, em Foz do Iguaçu, simbolizou um instrumento estratégico de política externa para influenciar o contexto regional, sendo possível que a mesma possa endossar o maior número de publicações futuras no âmbito do Mercosul. As bienais culturais sediadas em Porto Alegre, o *boom* da cinematografia brasileira e argentina, as políticas de promoção do idioma português nos países da América Latina e novos processos na formação de professores – sobretudo nas regiões fronteiriças e nas cidades-gêmeas – contribuíram para encorpar o escopo do debate entre os pesquisadores.

No campo cultural e educacional iniciativas como o Instituto Social do Mercosul - ISM, criado em 2007, o Fundo Mercosul Cultura (2010) e o Parlamento Juvenil do Mercosul - PJM, evento bianual do Setor Mercosul Educacional, advogam para uma maior inclusão nas questões político-sociais do bloco, mesmo que os baixos orçamentos dirimidos a estes órgãos dificultem a implementação de políticas públicas culturais e/ou educacionais (ROCCHI, 2010).

Embora ainda se observe a supremacia dos estudos na área econômica e comercial, que comprovam de certa forma a superação das crises de 2008 por meio dos avanços e êxitos provocados pelos acordos comerciais intrabloco e extrabloco, novos rumos nas áreas de infraestrutura e cooperação técnica passam a vigorar na pauta acadêmica. Desde 2004, quando passou a receber recursos diretamente do banco governamental brasileiro BNDES, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA tem fomentado ações de infraestrutura para garantir o transporte internacional de mercadorias e pessoas no Mercosul e viabilizar a expansão das fronteiras sul-americanas. Já as cooperações técnicas e/ou tecnológicas, embora tivessem respaldo nas pesquisas do primeiro período, apenas criaram expectativas por meio dessas ações. Nota-se na segunda fase a trajetória das mesmas ações e os balanços significativos que contribuíram para o avanço da integração regional, de modo a tornar o processo mais competitivo e preparado à cooperação científica e tecnológica entre os atores do bloco.

A área de migração e trabalho se fundamentou no capítulo *Mercosul Social* da Agenda do Mercosul de 2004-2006, que promoveu os direitos dos trabalhadores no bloco, bem como tendeu a buscar a vigência dos acordos sobre Residência de Nacionais do Mercosul e a

regularização migratória para os cidadãos, fomentando novas pesquisas na tratativa dos direitos humanos e trabalhistas, as quais a partir de 2005 passam crescer em números.

A livre circulação de trabalhadores no Mercosul, aliada com o avanço industrial e comercial, faz com que temas como meio ambiente e saúde também venham a ter relevância no cenário atual das ideias acadêmicas. Analisando as políticas públicas da saúde no âmbito mercosulino, até então relegadas a segundo plano no primeiro cenário, nota-se um *boom* das produções nesta área a partir do ano de 2007, confirmando a preocupação dos Estados-membros em promover a gestão do trabalho e da educação e equilibrar estes temas na agenda dos processos constitutivos do bloco.

Por fim, a área de meio ambiente também vem endossar a preocupação dos pesquisadores na prerrogativa de avaliar o processo de integração regional, incitando desta forma dinâmicas territoriais e de desenvolvimento sustentável e a avaliação de impactos ambientais e de preservação nos países integrantes. Ademais, nota-se também uma preocupação dos estudos em relação a gestão compartilhada dos recursos hídricos do Sistema Aquífero Guarani. Assim, conclui-se que os desafios de uma agenda de pesquisa derivam de demandas contemporâneas construídas a partir dos atores envolvidos na integração regional em meio aos desafios gerados pela globalização.

5. Considerações finais

Desde sua criação o Mercosul passou por importantes mudanças que refletiram diretamente na dinâmica da integração regional almejada pelos integrantes do bloco. Dentre estas transformações se ressalta o papel das ideias na produção das pesquisas bibliográficas, e demonstrar esta evolução e o impacto das ideias sobre a produção bibliográfica sobre o bloco regional era o objetivo principal deste estudo. Diante do processo histórico relatado foi possível observar uma modificação ao longo do tempo nas temáticas abordadas pelos pesquisadores desta integração, que inicialmente se situavam no campo da cooperação comercial e a partir da entrada de novos governantes no Brasil e na Argentina, passaram a abarcar temas variados, especialmente relacionados às questões sociais e culturais.

Observa-se que a mudança ocorrida nos temas pesquisados coincide com a transição da ideologia governamental, uma vez que o neoliberalismo orientava as economias do Brasil e Argentina no período de 1991 a 2001, configurando a urgência do livre comércio. Posteriormente o estabelecimento da social democracia a partir do ano de 2002 através dos governos Lula e Nestor Kirchner fornece uma nova interface para a região com a

diversificação dos assuntos em debate, que passa a englobar também questões relativas à saúde, segurança nacional, cultura, educação, entre outras.

A diversificação dos atores atuantes nestas mudanças é justificada pela teoria construtivista, utilizada como embasamento teórico do trabalho, que considera a interação do Estado com a sociedade civil de suma importância para a evolução do processo de integração, considerando ambos como atores deste processo.

Devido a todas as mudanças que o bloco passou desde seu início as transformações nas discussões acadêmicas sobre o processo de integração foram verificadas pela análise do banco de dados. O resultado dessa análise está presente neste breve trabalho, que responde o problema inicial demonstrando o crescimento da diversidade dos temas estudados através do período e confirmando a hipótese de que, embora haja uma supremacia das temáticas econômicas na pesquisa, os temas sociais passam a receber mais atenção a partir de 2003.

Referências

ADLER, Emanuel. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, nº 47, 1999, p. 201-246.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sophia**, Parte 1: ano 5, nº 43, julho-setembro 2011, p. 63-79; Parte 2: ano 5, nº 44, outubro-novembro 2011, p. 143- 170.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Problemas conjunturais e estruturais da integração na América do Sul: a trajetória do Mercosul desde suas origens até 2006. **Meridiano 47**, vol. 7, nº 68, 2006.

AMORIM, Celso. **Breves Narrativas Diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

BAPTISTA, Luiz Olavo. O Mercosul após o Protocolo de Ouro Preto. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 27, 1996.

CABALLERO, Sérgio. «**El proceso de Integración Regional del Mercosur: ¿Qué Papel juegan los factores ideacionales?**», Tesis doctoral (Doctorado en Relaciones Internacionales), Universidad Autónoma de Madrid, 2008.

CABALLERO, Sérgio. «Mercosur, the Role of Ideas and a More Comprehensive Regionalism». **Colombia Internacional**, Universidad de Los Andes, Bogotá, 78, 2013, p. 127-144.

CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.40, n.2, 1997, pp. 5-26.

DABÈNE, Olivier, « La reactivación del Mercosur: Ouro Preto II o el tiempo de las reformas políticas », **Oasis**, nº 10, 2005, p. 119-127.

DANESE, Sérgio. **A escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FERRAZ, Maria Isabel Meunier. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. **Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul**. Recife: 2012.

GRAF, Claudir Olípio; AZEVEDO, André Filipe Zago de. Comércio bilateral entre os países membros do mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. **Economias Aplicadas**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, Mar. 2013.

MALAMUD, Andrés, «Integração regional na América Latina: teorias e instituições comparadas», in ESTEVES, Paulo. **Instituições internacionais: segurança, comércio e integração**, Belo Horizonte, PUC/Minas, 2003.

MATHIAS, Suzeley Kalil; Guzzi, André Cavaller; Giannini, Renata Avelar. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2008, v. 51, 2008, p. 70-86.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; TEIXEIRA JR., Augusto Wagner M.; REIS, Elton Gomes dos. O Mercosul na Agenda de Pesquisa Contemporânea na Política Internacional. **BIB**. São Paulo, nº 70, segundo semestre de 2010, p. 7-29.

OLIVEIRA, Lairton Ribeiro de. Dissertação (Mestrado). **Para um novo enfoque da cooperação militar no Mercosul: análise prospectiva a partir da atuação militar mercosulina no Haiti**. Santa Maria: 2008.

ROCCHI, Denise de. Integração e identidade - O Mercosul além do comércio. **Boletim Mundorama**, 02/05/2010.

ROSAMOND, Ben. **Theories of European Integration**. Basingstoke: Macmillan, 2000.

SOSA, Alberto J. Conferência pública organizada pelo Consulado Geral da República Federativa do Brasil em Frankfurt. Feira de Frankfurt, 06/10/2010.

STEIL, Andrea V; PACHECO, Roberto C. S.; BARCIA, Ricardo M. O papel das organizações industriais virtuais em mercados emergentes: o caso do Mercosul. **Produção**, 1998, vol.8, n.2, pp. 201-213.

VALENCIA, Alberto Rocha. La integración regional como vía para alcanzar la autonomía. **Revista Eletrónica de la Agencia Latinoamericana de Información**. Fórum Mundial de Alternativas, 2009.

VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n.1, Junho, 1997.

VASQUEZ, Mariana; RUIZ, José Briceño. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad Especial em Português**. Buenos Aires: dez, 2009, pp. 33-48.

VIGEVANI, Tullo.; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. O pensamento brasileiro e a integração regional. **Contexto Internacional**, Vol.32, nº 2, julho/dezembro 2010.

VIGEVANI, Tullo; FAVARON, Gustavo de Mauro; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; CORREIA, Rodrigo Alves. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2008, vol.51, n.1, pp. 5-27.

THORSTENSEN, Vera. A OMC - Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1998, vol.41, n.1, pp. 57-89.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Recebido em: Janeiro de 2016;

Aprovado em: Agosto de 2016.